

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A “questão social” na América Latina – aportes desde a teoria marxista da dependência			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Jonathan Henri Sebastião Jaumont	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Graduado
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este artigo tem como objetivo apresentar as contribuições da Teoria Marxista da Dependência no que tange à “questão social” no Brasil. O período histórico abarca desde a generalização do trabalho livre no Brasil ao início da industrialização e do embate que levará ao imbricamento definitivo da economia brasileira com o capitalismo monopolista mundial. O trabalho apresentado debate a existência de particularidades na realidade latino-americana, as quais redefinem os termos da “questão social” no continente. A hipótese central é que os determinantes da “questão social” brasileira e latino-americana são particulares. O referencial teórico insere-se na tradição do pensamento crítico latino-americano, tendo o marxismo e, portanto, o materialismo dialético como método de apreensão da realidade. Este é, essencialmente, um ensaio teórico-abstrato que retraza, em linhas gerais, os fundamentos da formação economico-social brasileira determinantes para a apreensão da “questão social” deste país. Buscamos, na realidade, assentar as bases para, no futuro, ser capaz de caracterizar os fundamentos da “questão social” atual. Tarefa imprescindível à teoria marxista para balizar uma atuação coerente com os desafios da realidade latino-americana.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Questão social; Teoria Marxista da Dependência; Superexploração do Trabalho			
ABSTRACT			
<p>This article aims to present the contributions of Marxist Theory of Dependence regarding the "social question" in Brazil. The historical period goes from the generalization of free labor in Brazil at the beginning of industrialization and the struggle that will lead to overlapping final of the Brazilian economy with the global monopoly capitalism. The work presented debate the existence of peculiarities in the Latin American reality, which redefine the terms of the "social question" in the continent. The central hypothesis is that the determinants of the "social question" Brazilian and Latin American are private. The theoretical framework is part of the tradition of critical thinking Latin American, and Marxism, and therefore dialectical materialism as a method of apprehending reality. This is essentially a theoretical essay-abstract that outlines, in general terms, the fundamentals of training Brazilian social-economic determinants for the apprehension of the "social question" in this country. We seek to actually lay the groundwork for the future, be able to describe the fundamentals of the "social question" current. Essential task for Marxist theory to mark a performance consistent with the challenges of Latin American reality.</p>			
KEYWORDS			
"Social Question"; Marxist Theory of Dependence; Overexploitation work			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo e a América Latina			

## INTRODUÇÃO

A conjuntura brasileira atual é extremamente difícil para *los de abajo*; para os interesses nacionais e populares brasileiros. O pacto de classes vigente garantiu a consolidação de uma situação bastante confortável para as classes dominantes. De fato, já há algum tempo, esta estabilidade burguesa vem garantindo a reprodução societária da dependência a níveis ampliados e assentou uma dominação político-ideológica raramente contestada.

Diferentemente do cenário de outros países latino-americanos, tais como a Venezuela, a Bolívia ou o Equador – para citar, apenas, os mais expressivos – nos quais a luta de classes ganhou as ruas e contornos agudos na disputa pelo excedente econômico e por um projeto societário anticapitalista; no Brasil, a disputa dentro da ordem e o anestesiamiento do protagonismo popular decorrente é o que dá o tom no cenário político e social. Enquanto as comunas venezuelanas, por exemplo, trabalham com mais recursos do que as próprias prefeituras venezuelanas; no Brasil, ainda falamos do repasse de mais da metade do orçamento público para o pagamento da dívida.

A crise econômica vigente não minou as bases desta estabilidade, assim como, não ameaça uma esquerda que, há muito, não tem projeto próprio, nem expressão político-social suficiente para almejar a disputa real do que é central: o poder e o excedente econômico. Neste contexto, o neo-desenvolvimentismo – ideologia atualmente elevada a discurso dominante – pauta as discussões que determinam as formas de intervenção do Estado brasileiro; pauta, portanto, a formulação e a execução das diretrizes das políticas sociais existentes. Estão, assim, definindo como atuarão os assistentes sociais e, para o que nos ocupa nesta monografia, desde estas coordenadas ideológicas (neo)conservadoras, estão definindo o objeto de intervenção do Serviço Social.

O processo histórico que liga o Serviço Social à “questão social” – nosso objeto de intervenção profissional – remonta ao surgimento da profissão no período de amadurecimento da era monopolista do capitalismo mundial (IAMAMOTO 2004, 2011), (NETTO, 2011). O desenvolvimento da acumulação capitalista passa a impor um amplo e profundo redimensionamento do Estado burguês. A dinâmica própria desta nova etapa requer instrumentos que possibilitem, por um lado, superar os novos desafios econômicos da acumulação monopolista e, por outro, forjar os consensos políticos necessários à reprodução da nova ordem vigente.

O Estado monopolista assume e imbrica estas funções político-econômicas. Para tanto, cria e consolida mecanismos de intervenção extraeconômicos, cujas políticas sociais são o exemplo mais acabado. É neste movimento – de constituição na divisão social e técnica do trabalho de um

espaço de abordagem permanente e sistemático das expressões da “questão social” – que surge o Serviço Social.

Redefinir as formas de intervenção estatais é, assim, conformar um entendimento sobre a realidade brasileira que as justifica. Isto passa necessariamente por uma concepção da particularidade da “questão social” brasileira. Um projeto alternativo popular implica que o Serviço Social leve a sério a pergunta: “O que é a “questão social” brasileira?”.

Este é o objeto deste artigo, este é um questionamento central e fundante para o Serviço Social. Da delimitação deste objeto, decorre o papel do profissional a ser formado, o método de compreensão da realidade que rodeia seu cotidiano profissional, as técnicas operativas necessárias ao cumprimento de seus objetivos e uma ética própria do horizonte a ser almejado.

Trata-se, portanto, da tentativa de contribuir para o debate crítico acerca da “questão social” brasileira a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Os avanços deste artigo são, obviamente, muito humildes, mas pretendem assentar bases para uma discussão inadiável no Serviço Social: O que de particular carrega a realidade latino-americana que vem a redefinir os termos da “questão social” em nossas terras?

A hipótese central é que os determinantes, advindos de nossa formação socioeconômica, da “questão social” brasileira e latino-americana são particulares. O fato é que isto se torna relevante a partir do momento em que a produção teórica hegemônica no campo crítico não dá conta de localizar esta particularidade. Teremos, por isso, que retomar suas explicações para demonstrar seus limites, mais precisamente, no entendimento de como se expressa a Lei Geral da Acumulação Capitalista na periferia do capitalismo mundial.

Optou-se por dialogar com os autores do campo marxista do Serviço Social por conceber que parte daí as indagações mais fecundas e mais importantes de serem lapidadas. E por uma questão de tempo e abrangência de um trabalho desta natureza.

Optou-se, também, por recortar um período histórico bastante específico: da generalização do trabalho livre no Brasil – o fundamento da existência de nosso objeto – ao início da industrialização e do embate que levará ao imbricamento definitivo da economia brasileira com o capitalismo monopolista mundial. Esta escolha não é fortuita. Este é um primeiro passo para conseguir apreender as determinações da “questão social” nos dias atuais. Tarefa absolutamente impossível no âmbito deste artigo.

Para dar conta da tarefa proposta, tenta-se colocar o que há de contribuição da TMD para o debate da “questão social”. Num primeiro momento, a TMD será contextualizada, já que ao se deparar com as análises e referências que embasam as afirmações deste trabalho, muitos devem se perguntar de onde surgem. Nada mais justo. O estudo e a divulgação da Teoria Marxista da Dependência (TMD) está, ainda hoje, muito aquém de seu potencial explicativo. Sua origem no enfrentamento aos dogmas dos Partidos Comunistas (PCs) e à ideologia da burguesia industrial sessentista latino-americanos, bem como e centralmente, por cristalizar o esforço intelectual da esquerda revolucionária do continente, levaram-na a sofrer um silenciamento profundo. Passar-se-á, pois, em revista as raízes do processo de formulação da TMD, assim como, o roteiro de seu auge e crise.

Na sequência haverá um segundo tópico reafirmando, a particularidade da dialética capitalista na América Latina. Nos passos da investigação do pensamento crítico latino-americano, em geral, e da Teoria Marxista da Dependência (TMD), em particular, a respeito da realidade deste continente, se desvendará uma estrutura e dinâmica econômica e social própria. A tarefa consistirá, pois, em retratar, grosso modo, estas análises, explicitar os traços determinantes da formação socioeconômica latino-americana que incidem sobre a “questão social” brasileira para confrontar as conclusões com a perspectiva marxista hegemônica do Serviço Social. Chegaremos a duas discussões centrais: a superexploração do trabalho como elemento fundante da dinâmica própria da lei geral de acumulação capitalista na América Latina e a tentativa de superar a visão dualista da formação socioeconômica brasileira por uma dimensão mais totalizante.

Os objetivos são, obviamente, pretensiosos demais para este artigo, principalmente, confrontados a envergadura da produção teórica dos autores abordados e carecem de uma abordagem histórico-concreta. Atemo-nos à valorização do campo mais abstrato teórico-político pelos limites de um artigo desta natureza, mas também por considerar que este debate assenta as bases para considerações futuras.

A superação das teses hegemônicas, atualmente, no campo marxista, requer um esforço muito mais largo e profundo. Há que se encarar, portanto, este trabalho como o início de uma caminhada intelectual. Um projeto de pesquisa que pode balizar os próximos anos e quiçá, se corretamente orientado e, principalmente, oxigenado do debate necessário com as vertentes do pensamento comprometidas com a teoria crítica, pode vir a contribuir para o avanço das concepções vigentes no Serviço Social brasileiro.

De outro modo, as teses que se adiantam neste artigo estão arraigadas no pensamento crítico latino-americano. Herdeiras de Martí (1991), Mariátegui (2008), Bagú (1992), Williams (1975),

Baran e Sweezy (1974), Ludovico Silva (1979), Vieira Pinto (2008), Bambirra (1983, 2012) e Marini (2005, 2012), mas também, de Simón Bolívar, José Artigas, Emiliano Zapata, Augusto Sandino, Ernesto Guevara, Carlos Marighella, Fidel Castro, Salvador Allende e Hugo Chávez estas se inscrevem, particularmente, nesta fecunda tradição que se construiu imbuída das lutas, revoluções, tons e formas de nosso continente latino-americano para tentar apreender sua concretude.

Nossa complexa particularidade, com certeza, não pode ser encarada de outro modo. Apenas desde uma mirada totalizante, com os pés bem fincados nesta realidade, é que conseguiremos traçar a história da articulação de nossa formação socioeconômica ao capitalismo mundial; as contradições que este movimento engendrou e que impõem traços próprios determinantes a esta formação; e, principalmente, apontar para a superação da dependência latino-americana – para a transitoriedade desta estrutura tão cruel –, portanto, para um horizonte de esperança para o povo de nosso continente.

## **Teoria Marxista da Dependência: breve contextualização**

Ao se deparar com as análises e referências que embasam as afirmações deste trabalho, muitos devem se perguntar como surgem. Nada mais justo. O estudo e a divulgação da Teoria Marxista da Dependência (TMD) está, ainda hoje, muito aquém de seu potencial explicativo. Sua origem no enfrentamento aos dogmas dos Partidos Comunistas (PCs) e à ideologia da burguesia industrial sessentista latino-americanos, bem como e centralmente, por cristalizar o esforço intelectual da esquerda revolucionária do continente, levaram-na a sofrer um silenciamento profundo. Tentaremos, a seguir, retrazar, em linhas gerais, o surgimento, o auge e a crise de nosso referencial teórico.

## **Ideologia burguesa latino-americana: o papel da CEPAL**

Como já dissemos, a origem da TMD tem raízes no confronto intelectual entre a esquerda revolucionária, os PCs e a ideologia da burguesia industrial. Para compreender melhor este debate, será preciso situar o principal órgão formulador da ideologia da burguesia industrial no continente: a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – a CEPAL.

Em plena conformação daquilo que viria a ser denominado Terceiro Mundo, agências continentais difusoras da teoria do desenvolvimento surgem, neste novo bloco, em disputa. São parte da estratégia dos países centrais para livrar explicações aceitáveis às gritantes desigualdades existentes com as nascentes nações. A CEPAL é fruto deste processo. Foram chamados a integrar suas fileiras, figuras de destaque no cenário político de seus países – Celso Furtado e Raul Prebisch, são bons exemplos disto.

Na América Latina, no entanto, a Comissão não se limitou a mera difusão desta teoria gestada em terras estadunidenses. Apesar de partir destas formulações, a CEPAL insere-se num contexto histórico qualitativamente diferente do encontrado por agências similares em outros continentes. Na América Latina, as independências deram-se praticamente um século antes do surgimento da Comissão. Esta encontra, portanto, a burguesia industrial latino-americana plenamente acomodada no bloco de poder vigente. E mais, vem servir ao desenvolvimento de uma ideologia para esta burguesia industrial num momento de acirrada disputa acerca dos rumos da

sociedade latino-americana. O resultado disto é a formulação do que virá a ser chamado desenvolvimentismo. Ao ver de Marini:

ao constituir-se, a Cepal estará vinculada à realidade interna da América Latina e expressará as contradições de classe que a caracterizam, particularmente as contradições interburguesas. Na verdade, ela será instrumentalizada pela burguesia industrial latino-americana, tanto em função das lutas sociais e políticas internas, quanto das relações a serem desenvolvidas com a economia mundial. Isto fará com que a Cepal, partindo da teoria do desenvolvimento, tal como fora formulada nos grandes centros, introduza nela modificações, que representarão sua contribuição teórica própria, original, e que tornarão o desenvolvimentismo latino-americano um produto, mas não uma simples cópia da teoria do desenvolvimento. (MARINI; 1992; p.74)

Rapidamente, passemos pelas principais contribuições desenvolvimentistas. Primeira e centralmente, a superação da teoria clássica do comércio internacional permite à CEPAL localizar, empiricamente, nas trocas internacionais uma permanente sangria de riqueza em favor dos países desenvolvidos. Isto estava explicado pela confrontação, no âmbito do mercado mundial, de economias industrializadas, por um lado, e de economias primário-exportadoras, por outro.

Apesar desta novidade diante da teoria do desenvolvimento, através da qual o desenvolvimentismo criava a ideia de centro-periferia, este não superaria a concepção de *continuum* entre subdesenvolvimento e desenvolvimento. Neste sentido, o subdesenvolvimento segue sendo uma expressão quantitativamente diferenciada do processo histórico da acumulação mundial passível de ser corrigida por medidas adequadas em relação ao comércio internacional e à política econômica interna.

Outra marca fundante do desenvolvimentismo é o agente que, por excelência, terá o papel de promover as políticas necessárias ao desenvolvimento autônomo latino-americano. O Estado aparece, assim, como o ente supraclassista capaz de garantir a política de industrialização que nos levaria a uma posição superior no *continuum* desenvolvimento x subdesenvolvimento, propiciando no mercado mundial a superação, por si, das desigualdades vigentes em nosso continente.

A crise que se abate na América Latina, já nos princípios dos anos sessenta, é decisiva para a crise do desenvolvimentismo. Tendo a industrialização latino-americana sido levada a cabo sobre as bases da economia exportadora; ausentes, assim, as reformas estruturais necessárias à um crescimento industrial sustentado do ponto de vista burguês, desvenda-se a insuficiência da industrialização, em si. A CEPAL modifica a perspectiva desenvolvimentista clássica e clama por reformas estruturais. E o faz, no entanto, num contexto em que se radicaliza o quadro político-

econômico: por um lado, as burguesias latino-americanas definem-se pela subordinação ao novo padrão de acumulação imperialista e pelos golpes militares. Neste sentido, Bambirra (1983) é clara:

la crisis del capitalismo dependiente cuestionaba todos estos supuestos que se condensaban en la ilusión de la posibilidad de un desarrollo nacional autónomo. [...] La consecuencia de este proceso en el plano político fue sin duda el abandono realista, por parte de las burguesías nacionales del nacionalismo populista, es decir, de la ideología que preconizaba el desarrollo nacional antimperialista con base en la pretendida alianza con las classes dominadas. (BAMBIRRA; 1983; p.19)

E por outro lado, surgem, justamente, alternativas teórico-políticas que já apontavam a insuficiência do próprio capitalismo para a resolução das contradições societárias vigentes. Esta se configura também, com isso, na crise do desenvolvimentismo e da própria CEPAL enquanto órgão formulador da ideologia dominante latino-americana.

### **O debate na esquerda: ascensão e crise da Teoria Marxista da Dependência**

A crise do desenvolvimentismo tem também suas raízes no peso das críticas elaboradas desde uma perspectiva muito mais radical. A TMD está, exatamente, neste campo cujas conclusões teóricas e políticas apontavam para a superação do capitalismo dependente. Estas formulações advêm de um quadro mais amplo, no entanto. São fruto da luta teórica no interior da esquerda, num contexto, de ebulição das lutas sociais na América Latina.

A TMD vai, na realidade, nascer do confronto com os partidos comunistas latino-americanos. A crítica ao desenvolvimentismo tomará maiores proporções dada as identidades entre as teses comunistas e cepalinas. Isto não se dá por acaso. Vejamos.

A adoção das diretrizes teórico-práticas da terceira internacional pelos comunistas, os levam a empunhar a bandeira da revolução democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista e postular a existência de uma burguesia nacional interessada neste horizonte. Isto tem consequências desastrosas frente à debilidade teórica comunista e ao peso das formulações desenvolvimentistas naquele momento. Marini (1992) explica:

A ascensão da burguesia industrial no pós-guerra e, principalmente, o brilho da sua expressão ideológica –o desenvolvimentismo –apanham os comunistas desarmados. O débil desenvolvimento do marxismo no período anterior –quando ficara confinado sobretudo à historiografia –leva, então, a que a teoria geral adotada pelos comunistas seja a que propõe a burguesia industrial. E isto é compreensível: correspondendo ao período em que os PCs se batem pela criação de uma frente única entre a burguesia e o proletariado, a Cepal lhes oferece de bandeja uma burguesia nacional e uma teorização sobre os mecanismos de exploração capitalista internacional próxima à teoria do imperialismo. (MARINI; 1992; p.86)

É assim que a esquerda não comunista<sup>1</sup>, gestada já na década de cinquenta, confronta-se às teses desenvolvimentistas e ao monopólio do marxismo pelos PCs. A TMD é a expressão teórica mais acabada deste embate. Surgirá, pois, neste bojo, a partir de meados de sessenta, e, por sua potencia e vitalidade, pautando os debates no interior da esquerda, irradiando suas formulações para os centros de pensamentos norte-americanos e europeus, já no início da década seguinte.

Estamos tratando de um momento político, social e intelectual extremamente rico. Em nada se assemelha ao marasmo vigente atualmente no Brasil e isto se traduzia num intenso debate sobre os rumos societários latino-americanos. A intelectualidade militante envolvida neste processo, comprometida nesta tarefa, ainda encontrou na dificuldade do exílio forçado pelos golpes militares, condições propícias para intensificar este debate. Encontrou no Chile da Unidade Popular de Salvador Allende, seu *locus* privilegiado. Bambirra (1983) esclarece as razões deste fenômeno:

hacia Chile convergieron, a partir de mediados de los años sesenta, militantes e intelectuales revolucionarios de diversos países donde el movimiento revolucionario había sufrido una derrota momentánea o en donde éste acumulaba fuerzas para una nueva ofensiva. Chile se transformó, en aquella época, en uno de los más importantes centros de la resistencia latinoamericana em contra de las dictaduras. [...] Chile era un país muy afectado por la crisis económica y la dominación imperialista se acentuaba bajo el gobierno de Frei; pero el movimiento popular [...] mantenía su personalidad propia, su peso específico y amenazador em la sociedad chilena. Había pues una amplia apertura y el estímulo para el desarrollo de la ciencia social revolucionaria. (BAMBIRRA; 1983; p.21-22)

Foi, assim, nestas condições, que a TMD pôde se consolidar até o início da década de setenta. Sobre o instigante cenário intelectual vigente naqueles tempos, Marini anota:

---

<sup>1</sup> São expressão desta esquerda revolucionária, o Movimento 26 de Julho cubano, o movimento sandinista nicaraguense, os Movimentos de Esquerda Revolucionária (MIR) venezuelano e peruano, para citar apenas os mais expressivos.

A comparação desse extraordinário florescimento intelectual com a pobreza teórica e o formalismo acadêmico que marcam hoje a reflexão científica sobre nossa realidade provoca perplexidade. Como perplexos ficamos também quando confrontamos a originalidade e liberdade de criação próprias daquela época com a subordinação atual do nosso pensamento aos padrões norte-americanos e europeus. (MARINI; 1992; p.68)

Como perdemos tanto? E como a TMD, praticamente, some do cenário intelectual brasileiro e latino-americano? O golpe no Chile e o novo exílio forçado para o México, para muitos, foi significativo neste movimento. Impactou negativamente grande parte da intelectualidade de esquerda da época e colocou em cheque a ideologia de esquerda, em geral, e a TMD, em particular, dado seu protagonismo nestes círculos.

Além disto, a teoria da dependência vinha radicalizando-se e seus intelectuais marxistas e mais ligados à militância política já assimilavam categorias marxianas às suas análises. Esta nova postura teórica e política traz divergências e abre margem para os desdobramentos seguintes.

Há um duplo desdobramento aí que determina o isolamento da TMD. Por um lado, frente a crise teórica vigente desde o golpe chileno, reganha posições o marxismo histórico ligado aos partidos comunistas. Esta corrente endogenista – por seu apelo a considerar os processos capitalistas latino-americanos, em si, deixando o imperialismo para um segundo momento – surge na crítica às teses dependentistas. Outro traço marcante do endogenismo é sua dificuldade em reconhecer as particularidades da formação social propriamente latino-americana e recorrer à dogmatismos para explicar nosso modo de produção *à la* Marx. Por outro lado, a acomodação burguesa, pós-crise dos sessenta, permite à burguesia industrial latino-americana almejar a afirmação completa de sua hegemonia no plano nacional e a melhora de sua posição no plano internacional. Isto requer, obviamente, a formulação de uma nova ideologia adequada ao tempo histórico e capaz de esmagar definitivamente o radicalismo dependentista. Entram neste barco, aqueles setores mais ecléticos da teoria da dependência que apresentavam suas divergências com as novas concepções marxianas da TMD, como atesta Marini (1992):

Essa nova atitude da burguesia latino-americana no plano internacional acompanha-se do esforço de criação de uma nova ideologia, capaz de justificá-la, para o quê ela recorre ao recrutamento de antigos desenvolvimentistas, como Prebisch, Furtado, Anibal Pinto, Aldo Ferrer, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, e dependentistas, como Fernando Henrique Cardoso, entre outros, além de novos quadros que emergem para a vida acadêmica. Assim como, na década de cinquenta, havia correspondência entre as teses dos partidos comunistas e a Cepal, também agora se registrará notável margem de acordo entre

o endogenismo e a nova corrente, que podemos chamar de neo-desenvolvimentista. (MARINI; 1992; p.96-97)

Esta nova ideologia não encontrou, até os dias atuais, oposição sólida à esquerda e só veio a ser suplantada, momentaneamente, pelo neoliberalismo, na década de oitenta, noventa e inícios de dois mil. Não há dúvidas que este processo foi decisivo para o escanteamento da TMD dos círculos intelectuais e acadêmicos latino-americanos, já que veio acompanhado de uma paciente política cultural imperialista destinada à erradicação da capacidade criativa dos meios universitários latino-americanos.

### **Particularidades da formação econômico-social latino-americana – aportes desde a Teoria Marxista da Dependência**

Há que se iniciar este tópico reafirmando, a particularidade da dialética capitalista na América Latina. Ao seguir os passos da investigação do pensamento crítico latino-americano, em geral, e da Teoria Marxista da Dependência (TMD), em particular, a respeito da realidade deste continente, desvenda-se uma estrutura e dinâmica econômica e social própria. Nossa tarefa consiste, pois, em retrazar *grosso modo* estas análises, explicitar os traços determinantes da formação socioeconômica latino-americana que incidem sobre a “questão social” brasileira.

### **“Questão social” e a lei geral da acumulação capitalista no Brasil e na América Latina**

O caráter *sui generis* do capitalismo em nossas terras está ligado às raízes da inserção econômica do continente latino-americano no mercado mundial. Desde os tempos coloniais, no século XVI, estas sociedades estruturaram-se a partir e em função da expansão mercantil europeia e de suas necessidades. Como indica Sergio Bagú:

Cuando castellanos y portugueses tocan las costas americanas, la existencia de un activo mercado internacional europeo es un hecho desde hace mucho tiempo. Un hecho que está recondicionando toda la economía continental, en particular la de las zonas occidentales. [...] el descubrimiento y colonización de América, son episodios en medio de esa formidable revolución comercial que está conmoviendo toda Europa. Hay en el Viejo Mundo un mercado internacional que absorbe con

avidez una variedad de productos de otros continentes; en menor escala hay también ciertas regiones, sobre todo los Países Bajos, que se encuentran en condiciones de colocar susproductos manufacturados en mercados lejanos.

Castellanos y portugueses, al ponerse em contacto con esta nueva realidad americana [...] estuvieron movidos por una misma necesidad, por un igual propósito: hallar algo que pudiera ser vendido en el mercado europeo con el mayor provecho posible. Lustros después de iniciada una colonización sólida y permanente, América es aun para las metrópolis ibéricas mucho más importante como proveedora que como consumidora. (BAGÚ; 1992; p.60.)

Neste contexto, fornecíamos metais preciosos e gêneros exóticos e contribuíamos para o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, fortalecendo, por um lado, o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa e sustentando, por outro, o sistema manufatureiro europeu. Este movimento foi, sem sombra de dúvidas, decisivo para o surgimento da grande indústria no centro do capitalismo mundial (MARINI, 2005).

Categórica é a abertura do, já clássico, texto de Eduardo Galeano (1985) a este respeito:

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. [...] O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. A cada um dá-se uma função, sempre em benefício da metrópole estrangeira do momento [...]. (GALEANO; 1985; p.14.)

Mais além, a revolução industrial, no século XIX, coincide com o processo de independência política dos países latino-americanos. A partir daí, o eixo de gravitação destas economias passa a ser a Inglaterra transformando, essencialmente, seu papel. As necessidades colocadas pela nascente indústria e pelos rebatimentos societários que a mesma imbricou nos países centrais, reconfigura a demanda posta à periferia, no caso, à América Latina. Este movimento tem rebatimentos profundos sobre a formação socioeconômica destas sociedades, já que a forma como a América Latina integra-se no mercado mundial define as estruturas internas necessárias para atender a estas demandas. Se anteriormente o fundamental podia-se definir em termos coloniais, ou seja, formalmente subordinados à metrópole ultramarina, a Independência transforma esta relação. Doravante, as nações latino-americanas se relacionam sob estatutos nacionais independentes. A subordinação decorre, de agora em diante, da forma como estas nações inserem-se na nascente divisão internacional do trabalho. Desta nova dinâmica consolida-se a dependência das nações latino-americanas para com o centro capitalista. Nas palavras de Marini:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI; 2005; p.141)

Como vimos, o novo papel da América Latina baseia-se nas novas necessidades colocadas pela revolução industrial. Para possibilitar a especialização da sociedade central na atividade industrial e sustentar a concentração populacional urbana decorrente, era preciso garantir o fornecimento dos produtos agropecuários necessários à subsistência da população central. Além disso, o surgimento da grande indústria demandava quantidades cada vez maiores de matérias-primas para a produção. A América Latina incorpora estas tarefas e contribui para o movimento que nos parece essencial.

Se a pauta de exportação não muda em sua composição, – continuamos exportando bens primários – o que muda é a função que o fornecimento destes componentes cumpre na estrutura capitalista mundial. Ao fornecer e baratear as mercadorias que incidem sobre o valor dos bens-salário da classe trabalhadora europeia, a América Latina passa a contribuir para que o eixo da acumulação capitalista no centro se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa.

Para definir com Marx:

A produção de mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção de mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (MARX; 2011; p. 579.)

Historicamente, um dos mecanismos mais potentes para rebaixar o valor dos bens-salários foi justamente destinar a produção de parte destes bens às sociedades latino-americanas. Isto não se dá, no entanto, sem contradições. Vejamos, com Marini, o que engendra este deslocamento na dinâmica de acumulação no centro do sistema capitalista:

o aumento na capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias-primas. Na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias-primas), ou seja, que aumenta a composição-valor do capital. (MARINI; 2005; p. 147)

Os países centrais tentam resolver esta contradição tratando de rebaixar o valor do capital constante, fundamentalmente, das matérias-primas que adquirem no mercado mundial e que a América Latina é das principais fornecedoras.

De fato, desde o século XIX, a América Latina, nos marcos da divisão internacional do trabalho, fornece matérias-primas em quantidades cada vez maiores e a preços cada vez menores ao velho continente, contrabalanceando a tendência apresentada anteriormente. Se analisado com atenção, os termos de troca no mercado exterior desfavorecem, sistematicamente, os países produtores de bens primários em relação aos países exportadores de produtos manufaturados. Enquanto os preços dos primeiros tendem a diminuir com o tempo, os segundos mantêm-se relativamente estáveis.

O que se está observando, no plano do mercado internacional, são, na realidade, mecanismos de transferência de valor baseados na capacidade produtiva dos países envolvidos. Dois destes mecanismos devem ser salientados. O primeiro diz respeito a troca de mercadorias da mesma esfera de produção – mercadorias manufaturadas, por exemplo. Neste âmbito, as nações que apresentam maior produtividade do trabalho e, portanto, produzem mercadorias com menor valor unitário, ao trocá-las, não precisam necessariamente diminuir seu valor-de-troca, obtendo, assim, um lucro extraordinário. O segundo mecanismo utilizado para burlar as leis de troca no mercado internacional é possível quando duas nações trocam mercadorias de diferentes esferas de produção – manufaturados e bens primários, por exemplo. Aí opera, simplesmente, a lei do monopólio: o fato de estarem trocando mercadorias que a nação desfavorecida não tem a mesma possibilidade de produzir permite elevar seu preço acima do valor real da mercadoria.

O curioso é notar que, mesmo nestas condições, a América Latina segue incorporando seu papel na economia internacional, produzindo, inclusive, volumes cada vez maiores de bens primários destinados à exportação. O que explica o aumento do volume das exportações latino-americanas mesmo submetidas a uma troca desigual no mercado internacional é que somente através deste aumento é que as nações desfavorecidas têm a possibilidade de compensar a transferência de valor. Com o aumento do volume das mercadorias trocadas, aumenta o valor realizado na transação.

A questão é que, para tanto, devem, necessariamente, aumentar a exploração do trabalhador, no âmbito produtivo –seja intensificando o trabalho, seja aumentando simplesmente a jornada de trabalho. Chegamos, assim, finalmente, a descoberta de Marini (2005): a essência contraditória da inserção da América Latina no mercado mundial.

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. [...] Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna. (MARINI; 2005; p. 153)

Neste ponto está a chave da peculiaridade da formação social latino-americana. Tendo no mercado mundial o eixo central de sua economia, mas, principalmente, encontrando-se em posição subalterna nesta estrutura, a busca pelo valor transferido às nações centrais exacerba a necessidade pela extração de mais-valia. As burguesias latino-americanas baseiam-na, exclusivamente, no aumento da exploração do trabalhador e não recorrem ao desenvolvimento das suas forças produtivas. Fazem-no intensificando o trabalho, prolongando, simplesmente, a jornada de trabalho do trabalhador e reduzindo a capacidade de consumo do trabalhador. Marini explica o que está a acontecer essencialmente:

a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento

premature; no ultimo, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI; 2005; p.156)

É preciso esclarecer, no entanto, que a superexploração do trabalho na América Latina só é possível, dado o eixo exportador da economia latino-americana. O ciclo capitalista realiza-se aqui por meio do comercio exterior. Enquanto nas economias centrais, a formação do mercado interno se configurou como o eixo privilegiado de realização do ciclo do capital, nas economias dependentes, o consumo do trabalhador não interfere no mesmo, determinando, apenas, a taxa de trabalho excedente extraído. A esfera de circulação das mercadorias está garantida pela demanda externa e permite, portanto, a depreciação do consumo da massa trabalhadora. O único limite, aos níveis de exploração aqui existentes, encontrar-se-ia nas reservas de mão-de-obra. No entanto, historicamente, estas foram barreiras sistematicamente superadas por meio da imigração, forçada ou voluntária, de contingentes populacionais disponíveis aqui ou nos mais diversos continentes.

Esbarramos, com isso, numa particularidade central para a compreensão da “questão social” em terras latino-americanas. O desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países centrais, como vimos, está assentado no incremento da produtividade social do trabalho. Aumenta, por isso, o componente morto da composição orgânica do capital e a repulsa do trabalhador em relação ao sistema produtivo é tanto maior quanto o desenvolvimento deste ramo da produção. A “questão social”, nos países centrais, está, pois, ligada a formação de um exército de trabalhadores sobrance que aumenta na mesma velocidade que se desenvolvem as forças produtivas de sua indústria.

Esta dinâmica não corresponde, no entanto, à realidade latino-americana. Não estamos diante de um modo de produção que precise assentar seu desenvolvimento numa maior produtividade do trabalhador. Pelo contrário, as condições periféricas permitem que a acumulação capitalista nestas terras desgaste a força de trabalho disponível a níveis inimagináveis no centro. É possível, num país dependente, superexplorar o trabalhador, já que não depende de seu consumo a realização do ciclo do capital. A mais-valia extirpada do trabalhador superexplorado é realizada através do comércio internacional. A composição orgânica do capital, na América Latina, é, portanto, muito menor, visto que o peso relativo de seu componente morto não aumenta com o tempo.

Os três mecanismos [da superexploração do trabalho] identificados [...] configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. (MARINI, 2005, p.156)

Isto não quer dizer que o modo de produção capitalista, na América Latina, não recorre à produtividade do trabalho no seu desenvolvimento capitalista. Significa, apenas, que este não é o motor predominante da acumulação, como o é nos países centrais.

É preciso dizer, assim, que a Lei Geral da Acumulação Capitalista na periferia do sistema capitalista difere da estudada por Marx nos países centrais do século XIX. Isto não invalida sua análise, apenas, impõe sua contextualização e transfere o eixo de compreensão da “questão social” na América Latina. Aí está a novidade adiantada pela Teoria Marxista da Dependência para o estudo da “questão social” brasileira: sua raiz estrutural recai sobre a superexploração do trabalho e, não como pensávamos, sobre o aumento da composição orgânica do capital.

o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstaculizar seu trânsito desde a produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho. [...] Mais que meros acidentes no curso do desenvolvimento dependente, ou elementos de ordem transicional, esses fenômenos são manifestações da maneira como incide na economia dependente a lei geral da acumulação de capital. Em última instância, é de novo à superexploração do trabalho que temos de nos referir para analisá-los. (MARINI, 2005, p.194)

### **“Questão social” no Brasil: *Poder do atraso ou capitalismo sui generis?***

A pergunta sugerida acima é complexa e merece exame cuidadoso. Larga bibliografia que embasa os textos que balizam a perspectiva crítica no Serviço Social são unívocos neste ponto: a formação econômico-social brasileira arrasta consigo atrasos estruturais que lhe imprime um viés conservador. Atrasos remanescentes de formações sociais arcaicas que, na ausência de rupturas em

nossa história, seguem freando nossa modernização. Vejamos, apenas a título de exemplo, como Iamamoto (2011b) coloca a questão da propriedade da terra:

a propriedade é responsável pela persistência de constrangimentos históricos que *freiam* o alcance das transformações históricas do presente, porque se realizam por meio de instituições, concepções e valores enraizados em relações que tiveram sentido pleno no passado e que são ressuscitadas na atualidade. (IAMAMOTO; 2011b; p.103)

Será preciso recorrer a uma mirada mais abrangente para tentar resolver a questão. Primeiro, tentaremos colocar o subdesenvolvimento e a dependência no seu correto lugar histórico para, então, entrar no tema de como estas formações articulam-se internamente e, finalmente, encarar, mais explicitamente, a questão que foi colocada.

Inicialmente, é preciso nos perguntar: seria a dependência um atraso na escala do processo civilizatório humano? Estariam, portanto, os países centrais em etapas mais adiantadas deste processo? De pronto, há que se responder negativamente. A dependência não é uma etapa anterior a qual se dispõe, atualmente, os países centrais. Aliás, para inverter a perspectiva, os países centrais nunca foram subdesenvolvidos e dependentes. O passado das sociedades europeias centrais, por exemplo, é feudal enquanto o passado da América Latina é colonial. O subdesenvolvimento da periferia e o desenvolvimento dos países centrais são, entretanto, fruto de um mesmo processo de acumulação capitalista em escala mundial. Como estes se ligaram? Obra do capital mercantil, como vimos acima.

Desenvolvimento gerou subdesenvolvimento e vice-versa. Um correlato desta interpretação leva, inclusive, a perceber que não há nada de mais moderno do que a dependência atual dos países periféricos como forma de dominação político-econômico por parte dos países imperialistas. Darcy Ribeiro (1978) buscando compreender a trajetória humana dos últimos cinco séculos chegou a estas conclusões e preocupou-se em desenvolver um esquema explicativo, segundo ele:

que possibilitava tratar as sociedades avançadas e atrasadas não como etapas sucessivas da evolução humana, mas como polos interativos de um mesmo sistema socioeconômico tendente a perpetuar suas posições relativas. O *hoje* dos povos avançados não é, pois, o nosso *amanhã*: nós e eles encarnamos posições opostas, mas coetâneas. (RIBEIRO, 1978, p.22)

Temos, agora, de ir além. Chegar mais perto para tentar compreender como isto se dá internamente. Ora, dentro do país, não há setores dinâmicos e modernos e outros atrasados? Relações de poder tradicionais e instituições modernas? Regimes de trabalho capitalistas e relações pré-capitalistas, atrasadas, arcaicas? Estas são perguntas que teremos que nos defrontar para a superação da visão dualista vigente atualmente nos meios críticos do Serviço Social.

A dependência é a forma moderna de subalternidade à nível internacional – a outra face do imperialismo. Isto significa que a dependência, no plano econômico, é, essencialmente, uma forma de se garantir a extração de excedentes para os centros imperialistas. No entanto, a dependência não é apenas um fenômeno externo. Esta estrutura de dominação político-econômica pressupõe, como vimos, um modo de produção capitalista particular e uma cadeia articulada internamente que garanta a transferência do excedente para os centros imperialistas.

Esta cadeia reproduz a estrutura centro-periferia internacional internamente gerando regiões satelizadas e metrópoles internas impulsionadas pelo subdesenvolvimento das primeiras. Como dito por Frank (1971):

As manifestações colonialistas-imperialistas do capitalismo ocorrem não só entre países, mas também no seio dos países. A forma internacional de desenvolvimento-subdesenvolvimento é reproduzida a nível nacional entre regiões e sectores econômicos. (FRANK; 1971; p.103)

Mais, a sucção do excedente periférico interno sustenta o desenvolvimento dos centros dinâmicos nacionais, assim como, o centro capitalista mundial se vale da mais-valia transferida da periferia. Isso se articula numa cadeia que liga desde o centro imperialista mais central à periferia mais longínqua. Eis a forma que o capitalismo moderno estruturou-se: articulou desenvolvimento, subdesenvolvimento, imperialismo, dependência e colonialismo interno para manter a dominação política do centro e a extração do excedente da periferia.

As relações metrópole-satélite não se limitam ao nível imperial ou internacional, mas penetram e estruturam a própria vida econômica, política e social interna dos países e colônias da América Latina. E assim como a capital colonial e nacional e seu setor de exportação se tornaram satélites das metrópoles ibéricas (e mais tarde de outras) do sistema econômico mundial, esta capital-satélitese tornou imediatamente por outro lado uma metrópole colonial e depois nacional em relação aos setores produtivos e a população do interior. Mais ainda, as capitais provinciais, que deste modo se tornam satélites da metrópole nacional e através dela, da metrópole mundial –convertem-se por seu turno em centros provinciais em cuja orbita passam a girar seus próprios satélites locais. Deste modo, uma cadeia

inteira de constelações de metrópoles e satélites vincula todas as partes do sistema global desde seu centro metropolitano na Europa ou nos Estados Unidos até o mais longínquo posto da zona rural latino-americana.

Quando examinamos esta estrutura metrópole-satélite, verificamos que cada um dos satélites [...] serve como um instrumento para sugar os capitais ou excedentes econômicos de seus próprios satélites e canalizar para estes excedentes para a metrópole mundial de que todos são satélites. Mais ainda, cada metrópole nacional e local serve para impor e manter a estrutura e de monopólio e as relações de exploração deste sistema, e isso enquanto continuar servindo aos interesses das metrópoles, que se aproveitam desta estrutura global, nacional e local para promover seu próprio desenvolvimento e o enriquecimento de suas classes dominantes. (FRANK; 1967; p.11)

O colonialismo interno, termo cunhado por Frank (1971), é a forma capitalista, portanto, de dominação político-econômica interna. Por um lado, a dimensão de totalidade que o termo tenta recolocar em cena explica a presença de regiões e setores econômicos menos dinâmicos. A subordinação destes em relação aos interesses metropolitanos internos afasta qualquer possibilidade de desenvolvimento autônomo para garantir a perpetuação de seu subdesenvolvimento e dependência. O aparente *atraso* das regiões mais periféricas, não passa, na realidade, das consequências deste esquema de sucção do excedente para as regiões *avançadas*. Por outro lado, seu caráter eminentemente capitalista afasta as conclusões *duais*. O colonialismo interno e o subdesenvolvimento regional e de amplos setores econômicos internos é fruto do próprio capitalismo. Não cabe atribuir estas características ao *atraso*. Reiteramos estas colocações com Frank (1971) e Francisco de Oliveira (1977):

É importante lembramo-nos que, embora os exteriores possam parecer arcaicos, feudais ou mesmo estranhos, são sempre elos duma estritamente capitalista, todos afinal parte do sistema capitalista/imperialista mundial.

Quaisquer que tenham sido as suas funções “iniciais”, econômicas, sociais, políticas ou culturais nas sociedades “tradicionais”, a função determinante dos centros metropolitanos periféricos-mundiais-mas-nacionais foi a mediação entre a metrópole e a periferia, desde a sua incorporação no sistema capitalista mundial. Foi através deles que a metrópole se expandiu até os recônditos do globo. (FRANK; 1971; p.111)

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno” não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia.

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para formas mais avançadas e sedimentadas deste; sem embargo, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo.[...] em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. (OLIVEIRA; 1977; p.9)

Em suma, parece-nos claro que os determinantes da “questão social” brasileira encontram-se na organização particular do capitalismo na América Latina. A superexploração do trabalho e o colonialismo interno surgem como potentes categorias explicativas das realidades latino-americanas, justamente, capazes de explicitar o caráter próprio das características estruturais que moldam o destino do povo que aqui vive.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pronto, chegamos às considerações finais. Momento de balanços, conclusões e, definitivamente, mais perguntas. Partimos de um problema gigantesco: quais as particularidades da formação socioeconômica latino-americana que incidem decisivamente sobre a “questão social” brasileira e a tornam, com isso, *sui generis*? Nada mais ambicioso, nos termos de um artigo.

Trilhamos o caminho, fundamentalmente, com Frank (1971) e Marini (2005) para entender que a determinação fundante de nossa formação socioeconômica é a superexploração do trabalho. Isto tem implicações profundas sobre a *lei geral da acumulação capitalista* latino-americana. O fato é que, ao contrario dos países centrais, o eixo central da acumulação capitalista latino-americano é a superexploração do trabalho, ao invés, da produtividade do trabalho. A composição orgânica do capital, com isso, não aumenta com o desenvolvimento capitalista na América Latina. Diferente do cenário estudado por Marx, as raízes da “questão social” brasileira encontram-se na forma como as classes dominantes compensam sua posição subordinada no comércio internacional através da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor.

Fomos mais longe para explicitar que este não é um traço atrasado de nossa formação, mas, é, simplesmente, a forma particular como se organizou a expansão do capitalismo mundial na América Latina. Foi preciso recorrer a uma análise mais totalizante do problema para articular acumulação capitalista mundial e colonialismo interno. Análise que tratou de explicitar a cumplicidade entre desenvolvimento e dependência, imperialismo e colonialismo interno. São faces do mesmo modo de produção mundializado.

Recorreu-se a TMD, não por acaso, mas pela formação nesta escola e por vislumbrar neste campo a ferramenta explicativa mais potente disponível para compreender a América Latina. Pelo rigor marxista a que se propõe, pela criatividade que se permite para explicar nosso continente, mas também e principalmente, pelo compromisso militante que seus formuladores tiveram com sua transformação. A caracterização de Bambirra (1983) é bastante esclarecedora da proposta do campo crítico dependentista e do ponto que conseguiu chegar a TMD:

considero que los estudios respecto de la dependencia adquieren un status de teoría. Obviamente no en el sentido de una teoría general del modo de producción capitalista, pues eso fue hecho por Marx; ni tampoco del “modo de producción capitalista dependiente”, pues esto no existe; sino del estudio de las formaciones económico-sociales capitalistas dependientes, vale decir, ele análisis a un nivel de abstracción más bajo, capaz de captar la combinación específica de los modos de producción que han coexistido em América Latina bajo la hegemonía del capitalismo. (BAMBIRRA; 1983; p.26.)

Claro deve ficar que este esforço permanece inacabado e cabe a nós – profissionais e intelectuais militantes comprometidos com a transformação social latino-americana – atualizar e avançar na caracterização concreta de nossas sociedades. Esta tarefa deve ser encarada com o maior zelo.

No que diz respeito ao artigo, este parece apontar para duas vias: baixar o nível de abstração para chegar mais próximo da concretude histórica necessária ao exame marxista das sociedades latino-americanas e avançar no período histórico, até os dias de hoje, para dar respostas mais significativas para a intervenção profissional atual. Para tanto, será preciso percorrer o caminho da História para esclarecer os rumos da industrialização latino-americana e as repercussões da financeirização em nossas sociedades. Eis uma tarefa bastante pretensiosa, mas que pode vir a sulear um projeto intelectual bastante fértil para os próximos anos, assim como, encontrar respostas contundentes para armar a categoria de um arcabouço teórico-político à altura dos desafios do capitalismo dependente vigente no século XXI.

## **REFERÊNCIAS**

BAGÚ, Sergio. *Economía de la Sociedad Colonial*. México: 1992.

BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la Dependencia: una anticrítica*. México: Ediciones Era, 1983.

BAMBIRRA, Vania. *O Capitalismo Dependente Latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar,

1974.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense,

1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

FRANK, André Gunder. *A Agricultura Brasileira*. In: STEDILE, J.P. (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 35-100.

FRANK, André Gunder. *Do Subdesenvolvimento Capitalista*. Lisboa: Edições 70,

1971.

FRANK, André Gunder. *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*. São Paulo: Coleção Universitária, 1967.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *A Questão Social no Capitalismo*. *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, n. 3, pg.

9-32, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São

Paulo: Cortez, 2011a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2011b. IAMAMOTO, Marilda Villela.

*Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011c.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LENIN, Vladimir Ilyitch Uliánov. *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. In: Obras Escogidas en Tres Tomos. Tomo 1. Moscou: Editorial Progreso, pg. 677-787, 1979.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1984.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. *A Crise Teórica*. In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina. Dependência e Integração*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, Roberta;

MARINI, Ruy Mauro. *Sobre a Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, Roberta;

MARINI, Ruy Mauro. *O Ciclo do Capital na Economia Dependente*. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de Reprodução do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-36.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2012. MARTÍ, José. *Nossa América*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso*. Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política.. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. 5v.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONTAÑO, Carlos. *A Natureza do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, n. 3, pg. 41-50, 2004.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011a.

- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011b.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. In: CEBRAP (Org.) *Seleções CEBRAP 1. Questionando a Economia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 5-78.
- PEREIRA, Potyara A. *Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania*. *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, n. 3, pg. 51-62, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*. São Paulo: Circulo do Livro, 1978.
- STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini. *Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.
- STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini. *Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.181-194.
- SILVA, Ludovico. *Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos*. Caracas: Monte Avila Editores, 1979.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.